



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRAL DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

QUÉZIA BARBOSA MAIA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ALFABETIZAÇÃO E
EXCLUSÃO SOCIAL**

**Campina Grande-PB
2018**

QUÉZIA BARBOSA MAIA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ALFABETIZAÇÃO E
EXCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia
pela Universidade Estadual da Paraíba.

Orientadora: Prof.^a Ms. Wanderleia Farias Santos

**Campina Grande-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M217e Maia, Quézia Barbosa.
A Educação de jovens e adultos no Brasil [manuscrito] :
alfabetização e exclusão social / Quezia Barbosa Maia. -
2018.
24 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Wanderleia Farias Santos ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Alfabetização. 2. Analfabetismo. 3. Exclusão social. 4.
Educação - jovem e adulto. I. Título

21. ed. CDD 372.9

QUÉZIA BARBOSA MAIA

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL E A EXCLUSÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Educação, da Universidade Estadual da
Paraíba como requisito à obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 21/08/2018.

BANCA EXAMINADORA

Wanderléia Farias Santos
Prof. Ms. Wanderléia Farias Santos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ruth B. Araújo Ribeiro
Prof. Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sandra Silvestre do Nascimento Silva
Prof. Ms. Sandra Silvestre do Nascimento Silva (Examinadora)
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Sumario

INTRODUÇÃO.....	04
HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL.....	06
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	16
DISCUTINDO CONCEITOS: ANALFABETO FUNCIONAL E ABSOLUTO.....	18
O PRECONCEITO CONTRA O ANALFABETO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
ABSTRACT.....	26
REFERÊNCIAS.....	26

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ALFABETIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Quézia Barbosa Maia

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a história da alfabetização de adultos no Brasil relacionando-a com a exclusão social enfrentada pelos analfabetos em nossa sociedade. Desta forma, pretendemos apresentar, a partir de uma pesquisa bibliográfica tendo como base teórica os autores Freire (1998), Soares (2003), Ferreiro (2003), Ribeiro (2006), Galvão e Di Pierro (2012) Sousa (2012), um breve histórico sobre a alfabetização de adultos no Brasil. A partir das reflexões, constatamos que apesar dos esforços realizados, na tentativa de assegurar o direito à educação para todos, o analfabetismo ainda persiste em nossa sociedade

Palavras-chave: Alfabetização. Analfabetismo. Exclusão social.

INTRODUÇÃO

As representações sociais sobre o analfabeto jovem e adulto no Brasil têm sido assumidas em uma perspectiva bastante negativa, expressando, às vezes, mesmo que veladamente, preconceitos que permeiam o senso comum.

Chegamos ao século XXI, com várias descobertas e avanços da ciência, da tecnologia e modernidade das sociedades. O aumento da participação social é cada vez maior em relação às habilidades de leitura e escrita. Segundo a Constituição Federal (1988), a educação é um direito de todos. No entanto, a realidade está bem longe disso. Milhares de pessoas estão no mundo sem acesso à educação seja porque não tiveram a oportunidade de frequentar a escola ou porque esse direito foi tirado delas por diversas situações ou circunstâncias, fazendo com que as mesmas estejam na condição de analfabetas, condição que para muitos é motivo de vergonha, constrangimento e até exclusão.

A luta para reduzir o analfabetismo mal que assola principalmente os países subdesenvolvidos não é de hoje, vem desde a Conferência Mundial da Educação para todos, em 1990, na Tailândia, onde representantes de todos os países do mundo participaram; chegando à conclusão que a alfabetização pode ser considerada a chave para resolver muitos dos problemas que afetam a nossa sociedade e a da educação é fundamental para a transformação de uma nação.

Ser analfabeto não significa ser menor inferior a ninguém, mas na sociedade em que vivemos tem sido cada vez difícil para quem está nessa condição. Se

fizemos uma busca rápida no dicionário à procura do significado de analfabeto, encontraremos a seguinte descrição: estado ou condição de analfabeto; falta de instrução, sobretudo da elementar (ler e escrever). Segundo a Unesco (1992) “Uma pessoa analfabeta é aquela que não pode participar de atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade” [...] O analfabetismo faz com que a pessoa que está nessa condição tenha seu futuro comprometido, dificultando as possibilidades de conseguir um emprego digno para seu sustento.

O Ministério da Educação, em 2003, assumiu a responsabilidade da alfabetização de adultos e vem realizando o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que está voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Este Programa tem como objetivo contribuir para a superação do analfabetismo.

Desse modo, ao decorrer do trabalho, abordarei os principais conceitos de analfabetismo e o preconceito contra os analfabetos fazendo menção às oportunidades oferecidas para este público.

A educação é de fundamental importância para combater a desigualdade, a pobreza e elevar os níveis de saúde e bem estar, criando as bases para um desenvolvimento econômico que seja sustentável e uma democracia que seja duradoura. Por este motivo, a educação foi incluída na lista dos oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, que fixou um prazo que até 2015 seria a data limite para alcançar 100% de educação primária para todas as crianças do mundo. Meta que não foi alcançada.

Desse modo, discutiremos sobre a história da alfabetização de adultos no Brasil, destacando momentos importantes na formação étnica e cultural relacionando ao letramento. Em seguida abordaremos os conceitos de alfabetização e letramento, os conceitos de analfabeto absoluto e funcional, os níveis de analfabetismo da população e por fim apresentaremos alguns aspectos sobre o preconceito e a exclusão social que os analfabetos enfrentam. Para isso, elegemos como objetivo geral: refletir sobre o conceito de alfabetização. E, objetivos específicos: discutir sobre a exclusão causada pelo analfabetismo; os níveis de alfabetismo da população brasileira.

1. HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Escrever sobre a alfabetização no Brasil não é algo muito fácil, pois a história possui aspectos que influenciaram diretamente na origem e formação no processo de educação brasileira. Um exemplo disso é o conceito de alfabetização que pode ser visto de diversas perspectivas, deixando ainda mais difícil a nossa tarefa, desse modo pode ser dizer que alfabetização pode ser as práticas formais; um conjunto de experiências que ocorreram no interior das práticas sociais; decodificação do sistema alfabético; capacidade de fazer o uso da leitura e escrita. O Brasil é considerado um país bastante diversificado e desde o período colonial têm sido vividos muitas experiências em relação a alfabetização de adultos.

O processo de alfabetização no Brasil teve seu início desde a chegada dos portugueses em nossas terras, quando foi constituído o ensino do ler e escrever aos indígenas adultos, esses foram submetidos a uma ação cultural e educacional, embora as crianças fossem a prioridade. Assim:

Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar. Nóbrega, em sua primeira carta do Brasil, o atesta: “O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever”. O colégio, contudo, era o grande objetivo, porque com ele preparavam novos missionários. Apesar de, inicialmente, o colégio ter sido pensado para os índios- “Os que hão de estar no Colégio hão de ser filhos de todo este gentio. (PAIVA, 2010, p.45).

Desse modo, observamos que as crianças era prioridade na educação, visando assim formar futuros missionários da Igreja nas terras brasileiras, sendo assim através do seu trabalho podia-se formar uma nova geração católica, além de ter a função de agentes multiplicadores junto aos adultos que estavam ao seu redor, que eram considerados inconstantes e tomados por vícios.

Os jesuítas tiveram um papel importante na educação em nosso território e para que pudessem realizar a obra catequética, trabalhavam muito para aprender a língua utilizada pelos índios, pois era fundamental o domínio da língua do outro no sucesso da obra colonizadora. Durante o processo de alfabetização dos indígenas foram produzidos muitos materiais escritos para serem utilizados como instrumentos para educar os indígenas, onde destacou-se as gramáticas da língua tupi e os catecismos ou doutrinas.

José de Anchieta foi responsável pela escrita da primeira gramática, que só foi publicada em 1595, mas há a indicação de que desde o ano de 1556 esta já circulava de forma manuscrita. Anchieta e os que lhe sucederam tinham como objetivo coordenar o que ouvia e ajudar o trabalho dos seus colegas de ordem. Desse modo os missionários em posse desses materiais podiam possibilitar a passagem da língua indígena para a forma escrita, garantindo a tradição religiosa. Gramática e o catecismo apareciam frequentemente no mesmo livro, que contém o essencial das normas escritas da religião católica e a estrutura desses livretos, sugere a leitura oral e a memorização por parte do índio-catecúmeno.

Em 1727 o tupi-guarani era frequentemente utilizado pela comunidade de padres e nativos. Todavia, as autoridades portuguesas proibiram a sua utilização nos processos educacionais, passando a exigir apenas o uso do português. Em seguida, os jesuítas ensinaram e catequizaram os escravos vindos da África, tendo em vista que muitos nem mesmo falavam o português e tinham como função trabalhar nas lavouras, e na casa grande. Desse modo, pouco se sabe sobre as experiências vividas por esses sujeitos.

O fim da escravatura em 1888, não significou efetivamente o fim da escravidão, pois como o estado não concedia meios de sobrevivência, sem ter aquisição de bens sociais que os inserisse na sociedade, restou a muitos recém – libertos ficarem sobre as vontades dos seus ex-senhores. Poucas parecem ter sido as experiências educacionais realizadas com as mulheres adultas. Poucas sabiam, ao final do período colonial, ler e escrever.

O período seguinte ao afastamento dos jesuítas parece não ter conhecido nenhuma prática significativa em relação a alfabetização de adultos. O destaque está relacionado as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal durante o seu governo de Portugal no período colonial, notadamente por meio do banimento do trabalho missionário e catequético empreendidos pela Companhia de Jesus.

No século XIX foi um momento importante no processo de institucionalização da escola no Brasil, pouco a pouco foram definidos os materiais a serem usados nas escolas, os saberes, o tempo, a formação do professor. Durante todo o período imperial, muitas foram as discussões, para se decidir como seriam os processos que iria inserir as pessoas que eram denominadas como a camada inferior da população, ou seja, homens e mulheres pobres livres, negros libertos, livres e libertos no método de educação formal.

Em 1834 com o Ato Adicional muitas províncias tornavam-se responsáveis pela educação primária e secundária e pela elaboração de políticas de educação para jovens e adultos.

Muitas são as referências nos documentos da Instrução Pública do período imperial, as aulas noturnas que eram para os adultos da província. O Regimento das Escolas de Instrução traz em 1885, com detalhes as determinações de como seria o funcionamento das escolas que eram destinadas a pessoas maiores de quinze anos. O ensino precisaria ser dividido em duas partes: uma para quem não tinha nenhum conhecimento e outra para aqueles que já possuíam alguma instrução. O regimento ainda previa que os professores poderiam estabelecer outras aulas para os adultos, mas era necessária a autorização do presidente da província, para que assim pudessem funcionar na casa e com os móveis da escola diurna. Em alguns casos o ensino de adultos, era tido como missão para aqueles que se dispunham, pois os professores já ensinavam durante o dia não recebia salário a mais para dar aula à noite. Parece se inserir, assim, em uma ampla rede de filantropia que se teceu no século XIX brasileiro, como a forma de as elites contribuírem para a regeneração do povo

Nesse momento já era existia uma série de características dessas aulas, em relação ao conteúdo que seriam ensinados, existia um conjunto de saberes que eram comuns a todos os alunos, mas também havia conhecimentos diferentes para meninos e meninas, para as escolas rurais de adultos.

Para os adultos, devia-se fazer “a leitura explicada da constituição política do império e principais disposições da lei de conscrição, da guarda nacional e do código criminal” (GALVÃO *apud* PERNAMBUCO, 1885, p.50). O regimento manda que a educação deveria ter caráter de serventia prática. Desta maneira o ensino de adultos possuía com uma de seus fins a civilização das camadas mais populares em especial as urbanas. A educação era vista com a luz que traria o progresso das vidas, podendo assim se incluir pacificamente na sociedade. As aulas para adultos eram mistas, baseando-se em um currículo diferenciado para homens e mulheres. A educação das mulheres adultas, quando ocorria, era voltada para as atividades que ela desempenhava na sociedade, o que predominava era as atividades no espaço doméstico.

Aqueles que estavam à frente da educação pública provincial, chamavam a atenção para a importância que tem o ensino da língua nacional na educação de

adultos, pois tinha a função de corrigir a pronúncia popular errônea. A educação seria um meio de extinguir o costume que era característica das classes inferiores da sociedade. As experiências vividas pelos adultos em relação à escolarização na rede formal cresceram bastante principalmente no espaço urbano.

Os historiadores dedicados à escravidão, descobriram que a leitura e a escrita eram de grande importância para que os escravos pudessem conquistar os direitos civis. Fazendo com que ele seja visto com agente histórico e não como vítima, como geralmente aparece nos estudos que abordam esse tema.

Novas descobertas têm mostrado a presença de práticas envolvendo a leitura e a escrita entre os escravos, mesmo proibidos de frequentar as escolas, os escravos conseguiam se encaixar em várias redes de civilidade onde existia a prática da escrita.

Segundo Wissenbach (2002), existiam tipos de escravos que estavam mais perto da cultura escrita e das práticas de alfabetização: os que viviam nas equipes das ordens religiosas e do clero e os que tinham trabalhos urbanos, principalmente os que praticavam atividades autônomas. A alfabetização fazia parte das regalias que gozavam os escravos da Igreja, depois vinha à educação profissional e a educação religiosa. Em relação aos escravos que tinham funções urbanas era muito importante que soubessem ler e escrever, para que assim pudessem desempenhar bem o seu trabalho. Depois que aprendessem a ler e escrever, estabelecia-se grupos de aprendizagem informal, que utilizava a leitura oral e trechos aprendidos para ajudar em uma possível alfabetização. Assim os escravos se encaixavam em práticas de leitura e escrita como ouvintes nas leituras feitas em voz alta, na maioria das vezes por um alvo.

A república em sua primeira constituição, no ano de 1891, proibia o analfabeto de votar, e excluiu a seleção dos eleitores por renda. No censo realizado em 1890, foi constatado que mais de 80% da população brasileira era formada por analfabetos, o que gerou, entre os intelectuais brasileiros um sentimento de “vergonha”, diante dos países que eram mais adiantados. Isso significa que de cada 10 brasileiros só dois conseguiam ler um livro, jornal o restante dependia de alguém para ler.

No século XX, houve várias manifestações em torno da alfabetização de adultos que marcaram as primeiras décadas, foram várias as campanhas pela alfabetização em conjunto com muitas associações, vários estados, onde muitos

administravam na área educacional, esses tomaram iniciativas para gozarem de autonomia e assim implantar seus próprios sistemas de ensino.

Nesse período várias ligas se organizaram, instituindo em 1915 a Liga Militar do Rio de Janeiro, que pretendia se caracterizar como um “movimento vigoroso e tenaz contra a ignorância visando à estabilidade e à grandeza das instituições republicanas” (GALVÃO *apud* PAIVA, 1983, p.96-97).

Os debates que aconteciam no interior da Associação Brasileira de Educação e que giravam em torno de espalhar a educação por todo país, eram cada vez mais intensos. Para muitos dos participantes que discursavam, a ignorância era considerada “calamidade pública”. Se comparada à guerra, uma praga. A ausência da educação era relacionada ao câncer que tem prazer de corroer cada parte do organismo, levando a nação à subalternidade. Para os que eram letrados, as “elites esclarecidas” deveriam desempenhar um papel fundamental nesse processo de regeneração da nação, através da obra educativa, considerada redentora.

A mobilização em torno de como eliminar o analfabetismo vinha de todas as partes do país. Em contrapartida no interior mesmo dos letrados, existia um medo de que a alfabetização simples, se não viesse acompanhada de uma instrução moral, podia se transformar em arma para aumentar o caos social.

Nesse período vemos que o analfabeto continuava sendo considerado como incapaz, viciado, inútil e que necessitava da elite para afastar-se dessa situação. Ao mesmo tempo a educação em sua totalidade poderia ser perigosa, um meio que não se tinha o controle. Por essa razão havia a necessidade de alfabetizar e fornecer uma formação moral, para que o analfabeto estivesse livre dos vícios e se tornasse um sujeito produtivo. Algumas experiências foram realizadas nos anos 30, entre elas estar o ensino supletivo para adultos que foi organizado por Paschoal Lemme¹.

Já no Estado Novo² foram poucas as iniciativas foram tomadas em relação à difusão da alfabetização dos adultos. O novo regime, suspendeu as eleições diretas, parecia mais preocupado com a formação das “individualidades condutoras” do que com a educação popular.

¹ Paschoal Lemme foi um dos mais importantes e conceituados educadores brasileiros, responsável por inovar a visão sociológica da educação e o papel da escola dentro da sociedade) disponível em: www.paschoallemme.com.br

² Estado Novo foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de dezembro de 1946. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo, É parte do período da história conhecido como Era Vargas.

No entanto, se eram poucas as iniciativas para o incentivo da alfabetização de adultos, as pessoas que não era alfabetizadas e que moravam em áreas urbanas, se encaixavam em práticas onde o uso da leitura e escrita era feita. Leituras oral de folhetos de cordel, comprados ou emprestados, eram lidos pelo vendedor nas feiras e depois em reuniões onde também eram lidos poemas de maneira intensiva, que dizer uma pessoa ou grupo lia várias vezes assim facilitava a memorização e ajudava os ouvintes a se apropriarem da leitura, muitas vezes eram alfabetizados através do cordel. A memorização dos textos lidos por outras pessoas permitia que a pessoas que estava sendo alfabetizadas, reconhecessem sozinhas as palavras e versos, atribuindo significado a esse novo sistema a escrita.

Alguns dos leitores /ouvintes de folhetos tiveram experiências breves de escolarização, que foram marcadas pela subjetividade dos conteúdos e pela rigidez dos professores, que se somaram a necessidade de aderir ao campo de trabalho e a escassez de escolas na zona rural, colaboraram para não assiduidade a escola e para a concepção de que o não alfabetizado é cabeça dura, incapaz. Fora da escola, viviam-se prática com a escrita que contribuíram para o desenvolvimento das habilidades da leitura e para a formação de leitores. Aqueles analfabetos que viviam na área urbana e tinham alguma ocupação profissional tinham como fator fundamental inserir-se aos poucos no mundo da cultura escrita.

O interessante é que a introdução nessas habilidades acontecia de maneira diferente para homens e mulheres, na memória de muitas mulheres o acesso e a integração ao mundo da leitura e escrita estavam marcados pela proibição de seus pais ou maridos, eram frequentes os casos de mulheres que pertenciam a elite, principalmente rural, que não podiam ir a escola, tendo como motivo o temor dos homens que com o acesso à leitura e escrita servissem para a comunicação com namorados e possibilitasse o acesso aos mundo fantasioso da literatura.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo e a volta da democracia no país (1945), ganham estímulo as iniciativas de alfabetização nacional de adultos. Em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Primário, já antecipa o ensino supletivo, mas em 1947 o governo lança pela primeira vez uma campanha que abrange todo território que pretende alfabetizar a população.

Índices muito altos de analfabetismo mostram que mais da metade da população com 15 anos ou mais, o restabelecimento de eleições diretas e a pressão internacional podem ser alguns dos motivos que ajudaram a realização da

campanha, que criou inicialmente dez mil classes de alfabetização em todos os municípios do território brasileiro, a campanha teve a competência de criar uma infraestrutura nos estados e municípios para assim atender a educação de jovens e adultos, foram produzidos diversos tipos de materiais pedagógicos, como livros de leitura, folhetos etc. O primeiro guia de leitura, tinha lições que partiam de palavras-chaves, que tinha o método silábico como base, pequenos textos de conteúdo moral e que continham informações sobre higiene, técnicas de trabalho.

Era previsto três meses para ocorrer à alfabetização inicial, depois o primário seria concluído em dois períodos de sete meses e em seguida o adulto poderia fazer cursos que estivesse voltado para a capacitação profissional. A campanha fez muitos chamamentos para o empenho de voluntários para acabar com o mal do analfabetismo.

Não existia uma tradição, um acúmulo de experiências ou estudos sobre como deveria ser alfabetizado um adulto para que pudesse dar suporte às ações governamentais, os discursos, os argumentos didáticos e pedagógicos tinham destaque na educação voltada para as crianças. O analfabeto continuava a ser considerado um incompetente, e era ele próprio comparado a uma criança.

No final dos anos 1950, foram feitas muitas críticas à Primeira Campanha Nacional de Alfabetização, pelas pessoas que estavam participando dela. De todas as críticas, a firme foi a do grupo de Paulo Freire que no II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que foi realizado em 1958, já apontava para a organização do curso, deveria ter ênfase na realidade dos alunos e o trabalho educativo deveria ser elaborado com o homem e não para o homem. Os materiais não poderiam sofrer um simples ajuste daqueles que já eram utilizados com as crianças. O analfabeto adulto, não poderia ser visto como matuto, mas como um ser que produz cultura e também saberes. Um dos propósitos que baseava a sua proposta de alfabetização era a leitura do mundo antecedia a leitura da palavra. Nos anos 50 outras campanhas foram criadas, mas pouco realizou que pudesse ser considerado seja concreto.

No fim da década de 50 e início de 60 surgiram movimentos de educação e cultura popular, muitos dos movimentos eram inspirados nas ideias de Paulo Freire. Esses movimentos aconteciam em vários lugares do país, mas tinha uma concentração maior no nordeste, a educação de adultos era vista como uma ferramenta de ação política. O analfabetismo era visto como espelho da sociedade

injusta e desigual Por isso, o objetivo era contribuir para a transformação social. Entre esses movimentos estar A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler tem sua experiência em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, de fevereiro de 1961 a abril de 1964, quando suas atividades foram interrompidas pela deflagração do golpe civil-militar. A proposta de uma educação para todos tornou-se realidade com a vitória eleitoral de Djalma Maranhão para prefeito, em 1960

A cultura popular e os saberes eram valorizados, o analfabeto era visto como produtor de conhecimentos, a educação deveria ser dialógica. Em 1963 terminou a Campanha Nacional de alfabetização e Paulo Freire elaborou um Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação. Esse processo foi interrompido com o Golpe Militar m 1964, quando muitos dos componentes foram exilados.

A prática desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava unida a problematização e conscientização da sociedade em relação à realidade e o aluno era considerado um participante ativo, na maneira de modificar essa realidade. Depois do golpe, a alfabetização passou a ser para alguns o “desenhar do nome”.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL foi criado em 1967, e reproduz uma campanha nacional que chamava a população a fazer sua parte. O mobral foi implantado no ensino supletivo, que para pudesse cumprir seus os objetivos foi organizado em funções : a suplência-que era atingir a escolarização dos adolescentes e adultos que não tinham concluído os estudos na idade certa; o suprimento –que visava o aperfeiçoamento dos adultos que progrediram no ensino regular; a profissionalização-que tinha o objetivo de formação para o trabalho e a aprendizagem-que era de responsabilidade das empresas .Ele surge com dinamismo e muito recurso, convoca alfabetizadores sem muitos requisitos, ou seja, qualquer um que soubesse ler e escrever podia ensinar. Os materiais usados eram parecidos com os elaborados no interior dos movimentos de educação e cultura popular, porém as semelhanças eram apenas superficiais, era um material que seguia um padrão, utilizado em todo país. Os últimos anos foram marcados por denúncias e muitas críticas.

Nos anos 80, muitas experiências e projetos de alfabetização surgiram em sindicatos, comunidades religiosas. O Mobral acabou em 1985 e em seu lugar surgiu a Fundação Educar.

A fundação educar foi criada em 1985 e fez parte do ministério da educação, agindo na supervisão e acompanhamento de perto das secretarias e instituições que recebiam os recursos que eram destinados à execução dos programas, essa política não durou muito. O governo Collor acabou com a fundação educar, ausentando-se como articulador de uma política voltada para a educação de jovens e adultos no Brasil.

Em 1988 foi publicada a nova Constituição Federal que ampliou o direito à educação aqueles que não haviam frequentado ou concluído o ensino fundamental. Como não era obrigação do governo federal amparar esse direito, os municípios aumentam a proposta de educação para jovens e adultos, várias experiências foram sendo desenvolvidas em outros espaços. Uma diversidade de metodologias e práticas de ensino foi utilizada.

Entre os movimentos que surgiram no início dos anos 90, ressalta-se o Movimento de Alfabetização-MOVA [...] “que procurava envolver o poder público e as iniciativas da sociedade civil. Os MOVAS se multiplicaram com uma marca das administrativas ditas populares” (GALVÃO 2010, p.48).

Dez anos depois da extinção da Fundação Educar, o governo volta a oferecer um programa nacional de alfabetização de adultos, o Programa Alfabetização Solidária, que propunha uma ação simultânea entre o governo federal, empresas, universidades. O formato do programa lhe rendeu críticas por se tratar de um programa abreviado, com alfabetizadores que não estavam muito preparados, os resultados foram poucos.

No século XXI ainda é alto o índice de brasileiros que não tem o domínio da leitura, da escrita, e das operações matemáticas. Esse novo grupo encontra-se fazendo parte do público da Educação de Jovens e adultos.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS DIFERENTES, PORÉM INDISPENSÁVEIS

Compreender a ligação entre alfabetização e letramento é importante para que possamos construir práticas construtivas e efetivas de ensino da leitura e da escrita em turmas da Educação de Jovens e Adultos.

A alfabetização representa a ação de alfabetizar, de ensinar crianças, jovens e adultos a ler e escrever. Vista pela perspectiva do aprendiz, ela equivale ao

processo de ser alfabetizado, de ser ensinado a ler e a escrever. Até hoje, é o anseio de aprender a ler e escrever palavras e textos que circulam em nossa sociedade que atrai jovens e adultos analfabetos a irem/retornarem à escola, às salas de aulas de alfabetização.

Não há unanimidade, no entanto, sobre o que significa esse ensino/aprendizagem da leitura e da escrita. Ao longo da nossa história, várias mudanças no conceito de alfabetização foram efetivadas, o que é bastante coerente, dada a natureza cultural dos conhecimentos e das práticas em praticamos tais conhecimentos.

Na sociedade brasileira, as práticas sociais de leitura e escrita foram tornando-se mais consideráveis e profundas e passaram a solicitar, no caso da aprendizagem da leitura e da escrita, mais que as capacidades denominadas muitas vezes “codificação” e “decodificação”. Nesse contexto, no Brasil, a partir da década de 1990, a expressão alfabetização foi estendida e passou a incluir outro fenômeno: o letramento.

No Dicionário Houaiss (2001), letramento é definido como um “conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”. Soares (1998) destaca que o termo letramento é a versão para o Português da palavra de língua inglesa literacy, que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. É importante destacar que a palavra literacy engloba todo o complexo processo de alfabetização.

Embora alguns pesquisadores Ferreiro (2003) defende o uso de um único termo – alfabetização – para englobar os processos de aprendizagem e uso da leitura e da escrita, termos defendidos, em concordância com Soares (1998), a manutenção das duas palavras – letramento e alfabetização – para designar processos distintos, mas indissociáveis.

Entendemos alfabetização como o meio de apropriação da escrita alfabética, ou seja, a assimilação, por parte dos sujeitos, dos princípios que dominam esse sistema notacional. Já letramento se compara aos usos efetivos da escrita em atividades de leitura e escritas de textos, em vários contextos.

Com essa diferença, consideramos que os alunos que matriculam-se em turmas de alfabetização, sejam crianças, jovens ou adultos, tem experiências de letramento e compreensão sobre diferentes gêneros com os quais convivem, diariamente. Essas experiências, contudo, não asseguram que ampliem uma

autonomia para ler ou escrever vários textos. Nessa concepção, apesar de apresentar conhecimentos letrados, essas pessoas não são alfabetizadas, visto que não dominam o Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e não possuem independência para ler e escrever sem o intermédio de outra pessoa.

Nas ações de ensino da leitura e da escrita desenvolvidas em diferentes níveis de ensino, especialmente a EJA – torna-se fundamental, hoje, considerarmos esses dois fatos como processos que tem suas características, mas que são inseparáveis. Dessa forma:

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (Soares 1998, p. 47).

Ser alfabetizado – ter controle da escrita alfabética – é um direito de todos e um conhecimento necessário para que alguém seja, de verdade, cidadão letrado. Mas, aquele conhecimento não dá conta do estudo dos distintos grupos textuais e de suas funções e usos em diferentes contextos sociais. Vivemos um tempo de elaboração de práticas de alfabetização em uma concepção de letramento.

Se temos o objetivo de aumentar as experiências que envolvem o letramento de nossos alunos, quer sejam adultos, jovens ou até crianças, precisamos ensinar de maneira satisfatória as práticas sociais de leitura e escrita com as quais vivemos no nosso cotidiano. Os alunos da EJA têm muitas experiências com vários textos, cabendo a escola estimular essas experiências. Com a divulgação do conceito e da compreensão de que é necessário revelar ao aprendiz o mundo dos textos, alguns professores passaram a acreditar que os alfabetizando aprendem naturalmente.

3. DISCUTINDO CONCEITOS: ANALFABETO FUNCIONAL E ABSOLUTO

O termo analfabetismo funcional surgiu nos Estados Unidos, na década de 1930, durante a segunda guerra militar e era utilizado para indicar a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização das tarefas militares.

Em 1958 era considerada alfabetizada aquela pessoa que sabia ler ou escrever um enunciado simples que estivesse relacionado com a sua vida diária.

Passados vinte anos, surgiu um novo conceito, o de alfabetismo funcional, que se refere aquela pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita na sua vida social e utiliza essas habilidades para continuar aprendendo ao longo da vida. A definição adotada no Brasil pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ao qual foi aceita pela UNESCO, prevê que analfabeto funcional é aquela pessoa que não tem o domínio de habilidades de leitura, escrita, cálculos e ciências que correspondem a uma escolaridade de até três séries completas do Ensino Fundamental. Nesse sentido:

É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e de usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Em todo o mundo, a modernização das sociedades, o desenvolvimento tecnológico, a ampliação da participação social e política colocam demandas cada vez maiores com relação às habilidades de leitura e escrita. A questão não é mais apenas saber se as pessoas conseguem ou não ler e escrever, mas também o que elas são capazes de fazer com essas habilidades. Isso quer dizer que, além da preocupação com o analfabetismo, problema que ainda persiste nos países mais pobres, e também no Brasil, emerge a preocupação com o alfabetismo, ou seja, com as capacidades e usos efetivos da leitura e escrita nas diferentes esferas da vida social (Ribeiro 2006, p. 02).

Em 2001 foi criado o INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional). O objetivo é gerar informações que ajudem a dimensionar e compreender o fenômeno. O INAF aplica anualmente teste de habilidades em 2 mil pessoas que tem entre 15 e 64 anos. Tais testes apuram seus hábitos e práticas de leitura e escrita em diversos contextos de vivência e também das habilidades matemáticas. Constatou-se três níveis de habilidades na população alfabetizada: o nível rudimentar, o básico e o pleno. Desses três níveis, só o pleno pode ser considerado satisfatório.

*Analfabetismo: Na leitura, o analfabeto não domina nenhuma habilidade; nas habilidades matemáticas também não domina as medidas.

*Alfabetismo Nível Rudimentar: Na leitura, consegue identificar uma informação simples em enunciados que traz apenas uma frase; nas habilidades matemáticas: lê e escrever números que utiliza com frequência;

*Alfabetismo Nível Básico: Acha uma informação em textos curtos ou médios, mesmo que seja preciso fazer conclusões simples; nas habilidades matemáticas: lê números maiores, resolve problemas envolvendo uma operação;

*Alfabetismo Nível Pleno: Encontre mais de um item de informação em textos mais prolongados, confere informação contida em diferentes textos, estabelece relações entre informações. Reconhece a informação textual mesmo que negue o senso comum; nas habilidades matemáticas: consegue resolver problemas que envolvem sequencias de operações, explica informações oferecidas em gráficos, tabelas e mapas.

Desde o início da medição realizada pelo INAF, a distribuição dos níveis na população brasileira vem permanecendo estáveis em ambos os critérios (leitura e habilidades matemáticas). Verificou-se que o número de analfabetismo matemático (incapacidade de ler números familiares) é menor que o analfabetismo em leitura. Isso provavelmente ocorre porque o sistema numérico é mais simples do que o alfabético, e também está mais presente em nossa vida cotidiana.

De acordo com pesquisas realizadas pelo INAF, ainda existem um número significativo de pessoas que se encontram no nível rudimentar de domínio de habilidades de leitura e matemática, que só conseguem ler frases e palavras e ler números familiares sem fazer operação. Dado que preocupa, pois só um quarto de nossa população atingiu o nível pleno.

O INAF comprovou que o principal determinante das habilidades é a duração da escolaridade. Ou seja, quanto mais o indivíduo estuda mais ele irá desenvolver essas habilidades alcançando o nível satisfatório e pleno. A partir dos resultados obtidos pelo teste e as declarações dos sujeitos em relação às suas práticas de leitura e escrita, podemos dimensionar como os níveis de alfabetismo significam em termos de participação em práticas culturais, acesso à informação e aos postos de trabalho mais qualificados. A pesquisa constatou que os alfabetizados que estão no nível básico e rudimentar não têm o hábito de ler livros ou só leem um tipo. No geral, a bíblia ou outros livros religiosos. Já as que estão no nível pleno costumam ler dois, três ou mais gêneros, além dos religiosos leem biografia, livros técnicos, entre outros.

O analfabetismo absoluto, como o próprio nome diz, está designando aquele que não sabe ler nem escrever. Não possui nenhuma instrução.

4. O PRECONCEITO CONTRA O ANALFABETO

No Brasil, a palavra analfabeta sempre esteve ligada a termos negativos e isso é propagado pelos meios de comunicação sem levar em consideração a exclusão de direitos que carregam essas pessoas que não tiveram, e em alguns casos continuam sem ter acesso, à educação. Esse preconceito compromete a vida social do analfabeta que às vezes não fala em público com medo de falar errado por se acharem inferior aos demais sujeitos, tem dificuldades para responder aos desafios da vida democrática, como tirar documento, falta de autonomia para circulação no meio urbano.

Acreditamos que é importante que o jovem e adulto adquira uma visão de mundo mais consistente, uma percepção mais clara da sua realidade, enquanto sujeitos excluídos dos seus direitos, dos bens culturais e materiais produzidos pela sociedade hegemônica, para que possam refletir sobre a realidade em que estão inseridos, contribuindo para uma ação mais crítica. Desse modo:

Se antes a transformação social era entendida de forma simplista, fazendo-se com a mudança, primeiro das consciências, como se fosse a consciência, de fato, a transformadora do real, agora a transformação social é percebida como processo histórico em que subjetividade e objetividade se prendem dialeticamente. Já não há como absolutizar nem uma nem outra (FREIRE, 1993, p.30).

Sendo negado a esses sujeitos o acesso à escola, também é negado o direito a ascender socialmente. Infelizmente, não existem muitos debates sobre essa questão pois até os próprios analfabetos não participam de discursos e quando participam falam de maneira tímida utilizando poucas palavras pois tem medo de pronunciar as palavras de maneira errada. Isso ainda é pior se nos referimos à leitura.

Muitos jovens e adultos já desenvolveram táticas, truques para saírem de situações que envolvem a leitura ou a escrita, passam por constrangimento ao saírem de suas casas para realizarem tarefas simples como ir ao banco, supermercado e se tiver que usar a digital, eles se sentem humilhados, pois a marca deixa evidente o estigma de inferioridade.

A maior parte dos analfabetos é formada por pessoas nascidas no campo, de cidades pequenas ou que nasceram em famílias muito grande e pobres, cuja

sobrevivência dependeu do trabalho de todos componentes da família desde cedo. O trabalho antecipado na lavoura, às dificuldades de ingresso ou até mesmo escassez de escolas na zona rural atrapalharam os estudos dessas pessoas durante uma parte da vida. Nas famílias que os adultos não tiveram nenhum contato com o estudo, o conhecimento adquirido nas atividades que rotineiramente exercem é mais reconhecido do que os conhecimentos transmitidos na escola.

As ocorrências de leitura e escritas foram poucas vividas por essas pessoas no seu dia a dia, limitadas as cartas, contas de armazéns. O convívio social era restrito a família, vizinhos, e as experiências referentes ao trabalho doméstico ou na lavoura feitas praticadas por reprodução ou por meio de instrução verbal. Alguns frequentaram a escola por pouco tempo e onde realizaram conhecimentos pouco importantes e viveram experiências de frustração, punição e humilhação. A suspensão dos estudos e o resumido uso social das capacidades obtidas na escola os levaram ao retrocesso e a condição de analfabetos. A educação deveria ser vista com uma prática que liberta. Destarte:

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1999, p.40) “.

Mas infelizmente não é esse o pensamento de muitos inclusive dos mais velhos. Já as pessoas que são mais idosas e que permaneceram morando nas cidades pequenas não acharam razão para continuarem prosseguindo os estudos e buscaram apenas vencer o constrangimento que é a exposição social que a condição de analfabeto traz e aprenderam a escrever o nome. Os que saíram para morar em cidades maiores em busca de melhor condição de vida e um trabalho, vivenciaram com mais constância situações de preconceitos, pois o uso da leitura e escrita são mais frequentes e permeia a vida cotidiana e as relações sociais.

Para os migrantes, a condição de analfabeto não funciona sozinho na construção das práticas de discriminação, elas também compartilham com outros locais que definem as escalas sociais, como a condição econômica, o gênero, ou a origem étnico-racial. Quando chegam as grandes cidades e são expostos às interações sociais os migrantes que tem pouca instrução ou são analfabetos imediatamente se dão conta de que não completam as expectativas dominantes,

percebendo a marca que lhes atribuem por concentrar as condições nordestinos, negros, pobres agricultores. Ao compreender que sua aceitação e relações sociais são vinculadas as qualidades que os rotulam, muitos se sentem envergonhados.

No ambiente urbano letrado, as capacidades de ler, escrever e calcular passam a ser solicitada com mais frequência para a decisão de questões financeiras e burocráticas, para a conquista de emprego e exercício profissional, para direção e mudança de espaço. Sem dominar dessas práticas o analfabeto não só se magoa apenas com as restrições objetivas com que se deparam, mas também com o estereótipo e a incompetência que a sociedade lhes impõe. A intimidação e humilhação fazem com que as pessoas que tem pouco contato com as letras escondam a condição de analfabeto.

Os sucessivos constrangimentos e experiências de discriminação levam à corrosão da autoestima dos indivíduos, que acabam assumindo a identidade deteriorada e assimilando ao próprio discurso as metáforas depreciativas formuladas pelas elites letradas e difundidas pelos meios de comunicação social, [...] dentre as quais a mais recorrente é aquela que identifica o analfabetismo à “escuridão” da “cegueira”, o analfabeto “cego”, e a alfabetização à redentora “retirada da venda dos olhos” e saída das trevas da ignorância (GALVÃO; DI PIERRO, 2012, p. 24).

Desse modo observamos o quanto é difícil viver em uma sociedade letrada e não ter o domínio dessas habilidades, o que ocasiona vergonha e aceitação dos estigmas impostos pela sociedade, o que traz um sentimento de inferioridade.

Mas que limitação, “a escuridão” quando é usada no discurso social como imagem do analfabetismo, tem o sentido de carência moral e intelectual. O analfabeto é imaginado com um sujeito incompetente e privado de meios de distinguir o certo do errado. Não são todas as pessoas analfabetas que se sentem menor, mas algumas delas principalmente as que conseguiram posições de autoridades comunitárias e que precisam falar em público, mantêm a autoestima e confirmam sua capacidade de discernir.

Mesmo para essas pessoas conscientes de que o analfabetismo é expressão de processos de exclusão sociocultural, que não afetam a competência cultural ou o discernimento moral dos sujeitos, a condição de analfabetos provoca sentimento de frustração e incompletude, já que restringue a privacidade da comunicação e a autonomia para deslocamentos territoriais, rebaixa o horizonte

profissional aos trabalhos braçais mais pesados e impede os indivíduos de partilharem certas práticas culturais prazerosas[...] (GALVÃO; DI PIERRO, 2012, p. 26).

Esses sentimentos não impossibilitam, contudo, que os jovens e adultos que tem pouca instrução desenvolvam habilidades para permanecer nos ambientes urbanos letrados, através da utilização das práticas como: observação, oralidade, memória, contando com a ajuda de familiares, vizinhos para resolver os problemas do dia a dia.

A escolarização é também uma das estratégias utilizadas pelos jovens e adultos analfabetos para enfrentar a exclusão, pois na escola podem aprender não só a dominar a leitura, a escrita, o registro convencional do cálculo matemático, mas também reorientar a sua subjetividade e conduta para fazer frente aos padrões culturais dominantes. (Galvão e Di Pierro, 2007: p.26-27).

Somente o ser humano pode mudar essa situação e deixar essa condição de analfabeto, para conquistar qualidade de vida e assim construir um futuro melhor e livre de preconceito, “Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora” (FREIRE, 2003, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 nos garante que a educação é um dos direitos sociais que todo cidadão tem, mas a realidade nos mostra que esse direito nem sempre tem sido assegurado a todos pois muitos em pleno século XXI, ainda existem jovens e adultos que não frequentam a escola por diversos motivos, fazendo com que esses se encontrem na condição de analfabetos

O analfabetismo ainda é um fato muito presente na vida de muitos jovens e adultos brasileiros, que por diversos motivos não puderam ou foram impedidos de frequentar a escola na idade correta e por esses e outros motivos vivem sendo alvos de um dos piores sentimentos o PRECONCEITO. Muitos não sabem sequer escrever o próprio nome dependendo do uso da digital para realizar algumas atividades que necessitam no seu dia a dia e onde é necessário o uso da escrita, passando por constrangimento.

Em relação a alfabetização dos jovens e adultos ainda temos muito para melhorar, seja na formação dos professores, na escolha dos conteúdos a serem estudados ou até mesmo as práticas que serão utilizadas, sem esquecer que embora seja diferentes o letramento deve acompanhar a alfabetização para que assim os alunos possam se desenvolver de forma mais completa e conseqüentemente ter uma melhor qualidade de vida ,deixando para traz todo o sofrimento e constrangimento que passaram por estar na condição de analfabetos.

Para isso a educação tem uma parcela enorme na melhoria e na transformação das vidas, pois só através dela poderemos formar cidadãos conscientes, capazes de tomar suas próprias decisões e opinar sobre diversos assuntos que antes nem imaginavam conhecer. Mas para que isso se torne possível é necessário o empenho de todos desse o professor, aluno, governos municipais, estaduais e federais para que um dia possamos uma educação igualitária, de qualidade e finalmente ter um país livre do analfabetismo e conseqüentemente do preconceito

ABSTRACT

This article aims to discuss the history of adult literacy in Brazil, relating it to the social exclusion faced by the illiterate in our society. In this way, we intend to present, based on a bibliographical research based on a theoretical basis, the authors Soares (2003), Ferreiro (2003), Galvão and Di Pierro (2012) Ribeiro (2006), Sousa (2012), adult literacy in Brazil. From the reflections, we find that despite efforts made in the attempt to ensure the right to education for all, illiteracy still persists in our society

Keywords: Literacy. Illiteracy. Social exclusion.

REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Brasil, 1988.

FREIRE, Paulo. **A educação como pratica da liberdade**. 23ª Ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 27ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FERREIRO, E. **Alfabetização e cultura escrita**. *Revista Nova Escola*, maio de 2003.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007- (Preconceitos v. 2).

_____. **Preconceito contra o analfabeto**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 125p.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PAIVA, José Maria de. **Educação jesuítica no Brasil colonial**. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive- (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed.- Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Analfabetismo e alfabetismo no Brasil**. Boletim INAF. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, jul./ago. 2006.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. In: 26ª Reuniao Nacional da ANPEd, 2003, Caxambu. Anais da 28ª Reuniao Nacional da ANPEd, Caxambu: 2003, p. 1-18.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. **Analfabetismo no Brasil: história, realidade e preconceito**. ABEP. Águas de Lindóia/SP. 2012

WISSENBAACH, Maria Cristina. **Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira**. *Revista Brasileira de História da Educação*, Bragança Paulista, SP, n.4/jul./dez.2002, p.103-122.